dos interessados, serão afixadas no átrio da Faculdade, junto à respectiva secretaria, nos termos da alínea i) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Constituição do júri — o júri terá a constituição que a seguir se refere, sendo o respectivo presidente substituído nas suas faltas e ou impedimentos pelo 1.º vogal efectivo:

Presidente — Prof. Doutor Rui Alberto Ferreira dos Santos Alves, professor associado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Vogais efectivos:

1.º Prof. Doutor Paulo José Abreu Beleza Vasconcelos, professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

2.º Jorge Paulo Novais Madureira, chefe de divisão do Serviço de Informática da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Vogais suplentes:

Licenciado Jorge Fernando Lopes Oliveira Pinheiro, director de serviços Administrativos da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Licenciado Joaquim Barbosa de Freitas, director de serviços Financeiros da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

26 de Junho de 2007. — O Director, *José da Silva Costa*.

ANEXO

Legislação base

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/90, de 28 de Fevereiro — instruções sobre segurança informática.

Lei da criminalidade informática — Lei n.º 109/91, de 17 de Agosto.

Lei n.º 67/68, de 26 de Outubro — Lei de Protecção de Dados Pessoais.

Declaração de Rectificação n.º 22/98, de 28 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de Julho — transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, relativa à protecção jurídica das bases de dados.

Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de Janeiro — transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Junho, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade da informação, em especial do correio electrónico, no mercado interno (artigo 22.º, «Comunicações não solicitadas»).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2004, de 22 de Dezembro — aprova o Guia para as Comunicações na Administração Pública, que fixa os princípios por que se devem reger as comunicações na Administração Pública.

Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro — Lei das Comunicações Electrónicas.

Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto — transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas.

Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de Maio — altera alguns artigos da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro — Lei das Comunicações Electrónicas.

Despacho (extracto) n.º 16 181/2007

Por despacho de 27 de Junho de 2007 do director da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, no exercício de delegação de competências concedida pelo reitor da Universidade do Porto, foi o Doutor José António Cardoso Moreira nomeado definitivamente professor auxiliar além do quadro da Faculdade de Economia desta Universidade, com efeitos a partir de 28 de Agosto de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Deliberação relativa à nomeação definitiva no cargo de professor auxiliar do Doutor José António Cardoso Moreira

O conselho científico, em reunião da sua comissão coordenadora realizada no dia 20 de Junho de 2007, aprovou, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, do ECDU, por unanimidade dos professores catedráticos, associados e auxiliares de nomeação definitiva presentes, a nomeação definitiva do professor auxiliar Doutor José António Cardoso Moreira.

Na reunião, foram objecto de análise os seguintes documentos:

Relatório com vista à nomeação definitiva apresentado pelo professor auxiliar Doutor José António Cardoso Moreira (anexo 1);

Parecer subscrito pela professora catedrática Doutora Maria Isabel Rebelo Teixeira Soares (anexo II);

Parecer subscrito pelo professor catedrático Doutor Elísio Fernando Moreira Brandão (anexo III).

Participaram na votação os Profs. Doutores Abel Luís da Costa Fernandes, Alípio Mário Guedes Jorge, António Manuel Martins Almodôvar, João Manuel de Matos Loureiro, José Fernando Gonçalves, José Fernando Madureira Pinto, José da Silva Costa, Luís Manuel Mota de Castro, Manuel de Oliveira Marques, Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos e Sofia Balbina Santos Dias de Castro Gothen.

Os professores que exerceram o seu direito de voto justificaram o sentido do mesmo através da manifestação de concordância com o conteúdo dos pareceres emitidos.

20 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Científico, *António Manuel Martins Almodôvar*.

27 de Junho de 2007. — A Técnica Superior Principal, *Lídia Soares*.

Despacho (extracto) n.º 16 182/2007

Por despacho de 27 de Junho de 2007 do director da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, por delegação, foi o Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Castelo Branco, assistente convidado a 100% além do quadro da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, contratada, por urgente conveniência de serviço, como professor auxiliar além do quadro desta Faculdade, com efeitos a partir de 27 de Junho de 2007, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

29 de Junho de 2007. — A Técnica Superior Principal, *Lídia Soares*.

Faculdade de Farmácia

Despacho (extracto) n.º 16 183/2007

Por despacho de 27 de Junho de 2007 do presidente do conselho directivo da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País ao Doutor João Alexandre Velho Prior, assistente convidado desta Faculdade, no período de 2 a 7 de Setembro de 2007.

27 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo*.

Faculdade de Medicina

Despacho (extracto) n.º 16 184/2007

Por despacho do vice-presidente do conselho directivo de 30 de Maio de 2007, proferido por delegação, foi nomeado, sob proposta da comissão coordenadora do conselho científico, para o reconhecimento de habilitações ao grau de mestre em Medicina Molecular, subordinado ao título *Detecting and counting fetal erythrocytes in maternal peripheral blood may be of utility to the management of pregnancies with associated hypertension*, requerido pela licenciada Lígia Maria Correia de Araújo Almeida, o seguinte júri:

Presidente — Doutor Manuel Alberto Coimbra Sobrinho Simões, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutor Henrique Manuel Nunes de Almeida, professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutora Lina Maria Rodrigues Carvalho, professora associada da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

27 de Junho de 2007. — O Técnico Superior Principal de Gestão, *Antero Barbosa Pinto*.

Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar

Despacho (extracto) n.º 16 185/2007

Por despacho de 25 de Junho de 2007 do presidente do conselho directivo do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 877/2007, do reitor da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007, foi Eliane

Pimenta da Silva, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, nomeada definitivamente técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal não docente do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto, com efeitos a partir da data de aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

26 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Sousa Pereira*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Motricidade Humana

Aviso (extracto) n.º 13 407/2007

Sob proposta do conselho científico da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa e por despacho do presidente do conselho científico de 4 de Junho, proferido por delegação de competências (despacho n.º 9855/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 28 de Maio de 2007), a seguir se publica a abertura do curso de mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Tecnologia Educativa, para o ano lectivo de 2007-2008 e o respectivo plano de estudos:

Abertura do curso de mestrado em Ciências da Educação, na especialidade de Tecnologia Educativa, para o ano lectivo de 2007-2008

1 — Prazos de candidaturas, de inscrições e de início do curso:

- a) Período de candidaturas — de 18 a 29 de Junho de 2007;
- b) Período de inscrição — de 16 a 27 de Julho de 2007;
- c) Início do curso — 12 de Outubro de 2007.

2 — Limitações quantitativas:

- a) *Numerus clausus* — 15;
- b) Número de vagas destinadas a candidatos licenciados em Educação Física e Desporto — 4;
- c) Número de vagas destinadas a candidatos oriundos de países de língua oficial portuguesa — 2;
- d) Número de vagas indispensáveis ao funcionamento da especialidade — 10.

Plano de estudos

	UC
Tronco comum obrigatório	12
Análise da Instituição Escolar	3
Investigação Educação I	3
Investigação Educação II	3
Tecnologia Educativa	3
Técnicas de Supervisão Pedagógica	2
Tecnologia educativa	8
Teoria e Tecnologias da Comunicação	2
Concepção, Desenvolvimento e Avaliação de Materiais Multimédia	2
Desenvolvimento de Conteúdos para e-Learning	2
Trabalho de Projecto em Tecnologia Educativa	2
Opção — Seminário de investigação	4

22 de Junho de 2007. — O Secretário, *João Mendes Jacinto*.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Despacho (extracto) n.º 16 186/2007

Por despacho de 10 de Julho de 2007 do presidente do conselho directivo deste Instituto, por delegação de competências, Maria do Carmo de Oliveira Barbaça Rosmaninho, assistente administrativa especialista do quadro do pessoal não docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, foi nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de chefe de secção do quadro do mesmo Instituto, ficando exonerada

da anterior categoria à data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Maria Engrácia Cardim*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Edital n.º 611/2007

Armando Mascarenhas Ferreira, professor catedrático e reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, faz saber que, pelo prazo de 30 dias úteis contados do dia imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental para provimento de um lugar de professor associado para a disciplina/grupo de disciplinas de Análise Matemática/Funções Especiais desta Universidade.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Em conformidade com o disposto nos artigos 37.º, 38.º, 39.º, 41.º, 42.º e 43.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, observar-se-ão as seguintes disposições:

I — Ao concurso poderão apresentar-se:

a) Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;

b) Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de qualquer grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa ou equivalente e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;

c) Os doutores por universidades portuguesas ou com habilitação equivalente em especialidade considerada como adequada à área da disciplina ou grupo de disciplinas para que é aberto o concurso que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

II — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

a) Documento comprovativo do preenchimento das condições fixadas em qualquer das alíneas do n.º I;

b) Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;

c) Certidão do registo criminal;

d) Atestado médico onde conste que o interessado não sofre de doença contagiosa e possui a robustez física e o perfil psicológico indispensáveis para o exercício do cargo;

e) Documento comprovativo de ter cumprido as obrigações da Lei do Serviço Militar;

f) Fotocópia do bilhete de identidade.

Os documentos a que aludem as alíneas c) a f) podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas, bem como proceder às indicações seguintes:

a) Nome completo;

b) Filiação;

c) Data e local de nascimento;

d) Estado civil;

e) Profissão;

f) Residência.

III — As candidaturas deverão ser formalizadas através de requerimento dirigido ao reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Quinta de Prados, apartado 1013, 5000-801 Vila Real, podendo ser entregue pessoalmente no Núcleo de Expediente e Pessoal, sito na mesma morada, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

IV — A Reitoria comunicará aos candidatos, no prazo de três dias contados do termo do prazo do concurso, o despacho de admissão ou não admissão, o qual se baseará no preenchimento ou na falta